

26/12/2016 às 05h00

O ano passado em perigo

Por **Fernando Limongi**

Foi um espetáculo triste. Uma sucessão de equívocos. Ninguém se salvou. A elite brasileira se esmerou em tomar as piores decisões possíveis. Foi um verdadeiro festival. Com a aproximação do fim do ano, o esforço para fazer bobagens parece ter aumentado. Marco Aurélio Mello, Luiz Fux e Gilmar Mendes decidiram, monocraticamente, fechar o ano com chave de ouro.

A moderação cedeu à histeria e ao radicalismo. Quem alertou no início do ano que o impeachment, tal qual a bomba atômica, não deveria ser usada senão para a dissuasão, convenceu-se de que a crise justificava o disparo. O resultado da solução extrema foi colocar o país na tal pinguela. A radiação liberada não escolhe suas vítimas e as sequelas são duradouras e imprevisíveis.

A irresponsabilidade e a falta de pejo tomou conta de todos. Discute-se a antecipação de eleições presidenciais como se fosse uma decisão menor, que se toma em mesa de bar, entre risadas e petiscos.

A irresponsabilidade e a falta de pejo tomou conta de todos

Remover o PT do poder não trouxe a esperada redenção. A crise política não amainou e tampouco veio a tão esperada retomada do crescimento econômico. O PT não está na origem de todos os males

como nos fez querer crer parte da elite ao longo destes últimos anos. Desempenho econômico não é função exclusiva das expectativas ou de gestores responsáveis e bem treinados.

As delações da Odebrecht só vieram confirmar o que todos já sabiam. As empreiteiras, e não apenas a baiana, financiavam a nata dos políticos brasileiros, com representantes atuantes em todos os partidos. A convivência e a promiscuidade são as mesmas, quer o dinheiro tenha sido contabilizado como contribuição oficial de campanha ou caixa dois. Dá na mesma. Como também era de conhecimento comum, que o grupo político que assumiria o poder com o impedimento era o mais emaranhado nestas redes promíscuas. Não é de hoje que Temer e seu círculo íntimo são citados em delações. As referências já constam dos depoimentos de Nestor Cerveró e Sérgio Machado. Sabia-se, portanto, a que grupo o poder seria transferido.

Como diz o dito popular: quem pariu Mateus que o embale. Estratégias têm consequências. Clamar por uma reforma política neste momento é pura hipocrisia. É livrar-se da culpa. É como dizer que todos são bons moços, corrompidos pelas instituições com que são forçados a conviver.

Difícil saber a quem conferir o prêmio de trapalhão do ano. O PSDB é um forte candidato. Em uma ação, questionou as contas de campanha da chapa Dilma-Temer, em outra, concorreu para levar o mesmo Temer ao poder. Pois então, qual a posição do partido: confia ou não confia em Michel Temer? João Doria, deve se lembrar, pode perder seu mandato se a justiça der razão a Alberto Goldman, que o acusa de ter comprado votos nas prévias do partido. Os tucanos marcham unidos e sabem claramente que rumos querem imprimir ao país.

O PT não se sai melhor. A oposição se organizou e levou a cabo uma verdadeira conspiração. Tudo bem, mas se passar por vítima da maldade alheia não absolve ninguém de culpa no cartório. Pretender que o partido não contribuiu para sua própria derrocada é agir como uma avestruz.



Fernando Limongi


Fernando Limongi possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1982), mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e doutorado em Ciência Política - University of Chicago (1993). Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo, pesquisador sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, coordenador do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (Neci). Foi professor visitante em Yale (2009/2010). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, legislativo, regimes políticos, desenvolvimento e executivo. É autor de "Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional" (Editora FGV 1999, Prêmio CNPq-Anpocs de melhor obra em ciências sociais do ano) e de "Política Orçamentária no Presidencialismo de Coalizão" (Editora FGV 2008) ambos em coautoria com Argelina Figueiredo. Publicou também "Democracy and Development" (Cambridge University Press, 2000, Prêmio Woodrow Wilson, Best Book of the Year, American Political Science Association)


Política

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

Justiça manda suspender aumento de salários de vereadores de São Paulo
25/12/2016 às 18h52

Prefeito eleito de Osasco se entrega à polícia após 20 dias foragido
25/12/2016 às 19h11

O seletor grupo que dá suporte às pretensões presidenciais de Alckmin 
05h00

O ano passado em perigo 
05h00

Ver todas as notícias

Desconsiderar as mancadas cometidas na gestão da economia e não ver que a crise foi gestada pelo infantilismo expansionista de Dilma Rousseff é tapar o sol com a peneira. Não é possível negar que o partido tenha se lambuzado no poder com grande desenvoltura. Recebeu e usou relógios e outros presentes. Dizer que o fez porque forçado a tanto pela lógica do presidencialismo de coalizão é uma desculpa esfarrapada e sem sentido. As desavenças entre a presidente e o núcleo duro do partido também precisam ser trazidos à equação. Sem estas rugas, não haveria impeachment.

O prêmio maior, contudo, talvez deva ser reservado ao Supremo Tribunal Federal. A crise atual poderia ter outro encaminhamento se a Alta Corte tivesse assumido seu papel. A famigerada lista de Rodrigo Janot contendo nomes de mais de 40 políticos foi divulgada em março de 2015. O país ficou sabendo que pesavam suspeitas concretas sobre as principais lideranças políticas do país, incluindo ninguém menos que Eduardo Cunha e Renan Calheiros, presidentes da Câmara e do Senado.

Que fez o Supremo em relação a estas denúncias? Do ponto de vista prático, nada ou quase nada. Deixou a água correr sem levar em conta a urgência e a importância das denúncias que recebera. Compare-se o ritmo do Supremo com o de Cunha e de Sergio Moro. Enquanto o Supremo analisava as acusações, o dispôs sem maiores cerimônias do mandato presidencial. Em março de 2015, a associação entre pedaladas fiscais e crime de responsabilidade não havia ocorrido a ninguém. Augusto Nardes tiraria este coelho da cartola meses mais tarde.

Cunha e Moro se aproveitaram desta paralisia e, basicamente, passaram a usar o clamor do povo para agir livremente. Cunha fez questão de declarar que pôs em marcha o processo de impeachment para salvar seu pescoço. Moro expediu um sem número de sentenças, fez acordos livrando uns e outros da cadeia, enquanto a força-tarefa definia quem era o chefe mor da quadrilha. Moro pode ainda tornar públicas gravações ilegais da presidente da República para salvar sua operação.

Nos dois casos, o Supremo reagiu, mas somente após constatar que o leite já havia sido derramado. Nas duas oportunidades, Inês já era morta. Cunha e Moro deram as cartas.

O Supremo Tribunal Federal pecou por omissão. Não assumiu seu papel de órgão máximo da Justiça. Não soube reconhecer a natureza e a gravidade da crise aberta pela Lava-Jato. Levou no banho-maria e o conflito só fez se avolumar. A situação pedia e pede que o Supremo seja capaz de agir como um órgão deliberativo que, pela forma e pelo conteúdo de suas decisões, comprove que está acima dos conflitos, que de fato atua como o guardião da Constituição.

As intervenções recentes dos ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Gilmar Mendes comprovam a insensibilidade e o despreparo político dos integrantes do Supremo. Deixaram o circo pegar fogo e, agora, em lugar de contribuir para apagá-lo, trazem querosene. 2017 promete.

Fernando Limongi é professor do DCP/USP e pesquisador do Cebrap

E-mail: fplimongi@gmail.com

Tweet

Share

G+

0

Ω



Pesquisas eleitorais



Acompanhe a disputa nos maiores municípios

Intenção de votos e simulações de segundo turno nas eleições para prefeito nas capitais e grandes cidades. Veja a evolução dos candidatos

Veja também índices de rejeição

Vídeos



Lava-Jato vai resistir a eventual ofensiva política
12/05/2016



Decisão Legislativa

Acompanhamento de projetos

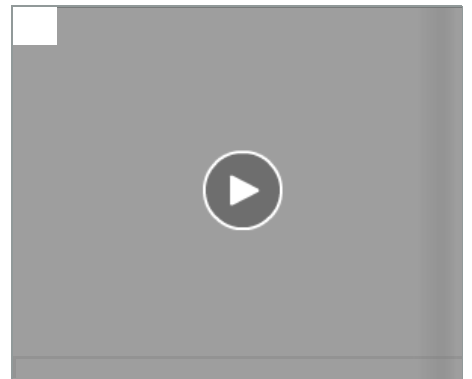
CONGRESSO

Dívidas dos Estados entram na pauta da Câmara

CONGRESSO

Senado vota segundo turno de PEC do teto dos gastos

Conteúdo exclusivo do parceiro do Valor



Edição Impressa

26-12-2016 🔑



Acesse o índice do jornal impresso e selecione as editorias e matérias que quer ler. Conteúdo exclusivo para assinantes.

ValorInveste

Casa das Caldeiras

Por Redação

Partes relacionadas em festa

O Consultor Financeiro

Por Marcelo d'Agosto

Reforma da previdência: equilíbrio atuarial, mas ainda longe do justo

O Estrategista

Por André Rocha

Recuperação econômica se perde na coleção de crises

